Guerra do lítio sem fim à vista

Os ambientalistas dizem que não basta dar dinheiro às populações. É preciso garantias de que a cadeia de valor ficará em Portugal E13

‘Guerra do lítio’ está para durar

As **dúvidas das populações acumulam-se**, mas o sector mineiro diz que Portugal tem de aproveitar os seus recursos

Textos **VÍTOR ANDRADE** e **CARLA TOMÁS**



Depois de extraído, em mina a céu aberto, o lítio segue para a fase de processamento
FOTO D.R.

Pela primeira vez na história da indústria automóvel em Portugal, em novembro de 2021 venderam-se mais carros elétricos que a gasóleo no país. No conjunto do ano, em toda a União Europeia, as vendas de carros elétricos puros aumentou 63% e no caso dos híbridos o disparo foi da ordem dos 71% face a 2020.

Estes dados, fornecidos pela Associação Europeia de Fabricantes de Automóveis (ACEA) e, no caso português, pela Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos (UVE), estão na base da atual corrida ao carbonato de lítio, matéria-prima que, no espaço de um ano e meio, viu o seu preço disparar 500% nos mercados internacionais, segundo o analista Henrique Tomé, da consultora XTB.

O aumento dos preços do lítio — que serve de base à construção de baterias — revela apenas uma coisa: a oferta, por enquanto, não está a conseguir acompanhar a procura, sobretudo liderada pelas grandes construtoras automóveis mundiais. O analista da Fastmarkets Will Adams, citado esta semana pela agência Reuters, estima um défice, em 2022, da ordem das 60 mil toneladas de equivalente de carbonato de lítio. Por outro lado, a consultoria Benchmark Mineral Intelligence diz que a escassez será menor, a rondar as 26 mil toneladas, enquanto o Citi fica a meio caminho, com uma previsão a apontar para as 36 mil toneladas.

Seja qual for a quantidade em falta, ela apenas irá contribuir para que os preços do lítio nos mercados internacionais continuem sob pressão. Ou seja, toda a oferta desta matéria-prima será bem-vinda para ajudar o mundo a fazer a transição energética para economias verdes. E é por isso que Carlos Caxaria, ex-presidente da Empresa [pública] de Desenvolvimento Mineiro e especialista em indústria extrativa, defende que tanto o projeto de Covas do Barroso, da Savannah Resources, como o de Montalegre, da Lusorecursos, devem avançar tão rápido quanto possível: “Mal do país que não queira aproveitar os seus recursos geológicos.” Segundo aquele especialista, “o sector mineiro ainda é olhado, em Portugal, como ‘fora da lei’ e, na verdade, continuamos a não ter uma visão estratégica para esta atividade industrial”.

Carlos Caxaria considera que se tem criado muito ‘ruído’ em torno da questão da exploração de lítio, mas “muitas das reclamações que se ouvem por aí é só ‘porque sim’, e passado algum tempo desaparecem porque não têm qualquer sustentação”. Claro que, segundo ele, fazer uma mina tem impacto, tal como uma barragem ou uma autoestrada, mas na questão do lítio “estamos a falar de uma pedreira a céu aberto e os medos quanto à utilização de reagentes não tem fundamento, pois são reutilizados em circuito fechado”.

Leitura diferente faz Francisco Ferreira, presidente da associação ambientalista ZERO: “Há muitas fragilidades nos projetos de lítio que estão em cima da mesa e que ainda carecem de explicação. Desde logo, porque se situam em zonas sensíveis do ponto de vista ambiental e, por outro lado, não é nada consensual que Portugal tenha um potencial de exploração que compense os danos das intervenções anunciadas.” O engenheiro do ambiente considera fundamental que as populações sejam envolvidas no processo de decisão (o que não está a acontecer), uma vez que há povoações muito próximas das minas projetadas.

Cadeia de valor fica em Portugal?

“Ainda não ficou demonstrado que, caso as explorações avancem, a cadeia de valor fique toda em território nacional e que funcione em pleno com proveito para as economias locais”, lembra o ambientalista. E enfatiza: “Já não se resolve a questão das contrapartidas apenas oferecendo dinheiro às populações. Isso talvez funcionasse há 30, 40 anos, mas agora as pessoas estão mais exigentes e mais alerta, e ainda bem.” Francisco Ferreira chama ainda a atenção para o facto de, por enquanto, “nada nos garantir que daqui a 10 anos não haja já outro material para substituir o lítio. Só espero que não fiquemos depois com um passivo ambiental igual ao do passado recente. Na verdade, ou levamos a economia circular a sério ou então vamos sempre ficar reféns de mais e mais minas”.

No espaço de um ano e meio o lítio viu o seu preço disparar 500% nos mercados internacionais

É preciso pensar na reciclagem de baterias usadas para delas se retirar e reutilizar o lítio, em vez de ir buscar a matéria-prima em bruto, com os impactos ambientais e sociais que lhe estão associados. Apesar de também reconhecer que “o lítio é imprescindível para a transição para uma economia com reduzidas emissões de carbono”, Catarina Grilo, diretora de Conservação da Associação Natureza Portugal/World Wild Fund (ANP/WWF), considera que “não estão acautelados de forma robusta os direitos de proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, bem como das comunidades que habitam os territórios para onde se projeta a mineração”. E lembra que, “por razões reputacionais e por preocupações inerentes às políticas internas de sustentabilidade, os grandes compradores de baterias, como as empresas ligadas à indústria automóvel e os fabricantes de telemóveis e computadores, estão cada vez mais a trabalhar em estreita colaboração com os fornecedores de baterias para assegurar o cumprimento de responsabilidades ambientais e sociais”.

Os dois projetos mais polémicos de exploração de lítio em Portugal — Mina do Barroso, em Boticas (atribuída à Savannah), e Mina do Romano, em Montalegre (atribuída à Lusorecursos) — encontram-se em fase de avaliação de impacto ambiental e aguardam por uma decisão final da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). O projeto de ampliação da Mina do Barroso esteve em consulta pública entre abril e julho de 2021 e recebeu centenas de pareceres negativos de organizações locais, de associações ambientalistas, de cidadãos e da própria Câmara Municipal de Boticas, que alertam para danos na paisagem, na biodiversidade, nos recursos hídricos e no bem-estar das populações locais.

Se for autorizado o alargamento da área de concessão da exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio, isso implicará uma área de exploração a céu aberto que ocupará o equivalente a quatro crateras, que somam a área de 70 campos de futebol, em cima do sistema agrossilvopastoril do Barroso, classificado como Património Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Esta classificação pode vir a ser perdida, lembra o presidente da Associação Povo e Natureza do Barroso, Vítor Afonso. E alerta: “Falam em impactos económicos positivos com a criação de emprego, mas não apresentam o balanço negativo que representa para a economia local a destruição de emprego na agricultura e no turismo.”

Os projetos mineiros das Minas do Barroso e do Romano apresentam riscos de contaminação de linhas de água, solos e aquíferos. “Da Barragem do Alto Rabagão é captada água para abastecer cerca de 100 mil pessoas dos concelhos de Montalegre, Boticas, Chaves e Ribeira de Pena”, lembra Vítor Afonso.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Mina do Romano, em Montalegre, entrou em consulta pública esta segunda-feira, após uma série de polémicas. Recorde-se que a empresa Lusorecursos foi criada três dias antes de receber a concessão para prospeção e que o primeiro EIA para exploração não foi aceite pela APA, por ser considerado “claramente insuficiente” (o ministro Matos Fernandes chegou a apontar-lhe “falta de profissionalismo”). Apesar de ter mantido durante algum tempo uma posição neutra em relação a este projeto, a Câmara de Montalegre já tornou público que espera que a refinação do lítio também possa acontecer na região e fez uma parceria com a Lusorecursos com o objetivo de aceder a verbas do Plano de Recuperação Resiliência.

Quanto às seis áreas para concessões de prospeção e pesquisa aprovadas em início de fevereiro, no âmbito de uma avaliação ambiental estratégica, afetam cursos de água superficiais e subterrâneos, assim como áreas de “enorme diversidade e riqueza biofísica”, refere o relatório.

Só em abril se deverá saber quais são as empresas que ganham as concessões. Seguem-se cinco anos para realizar os trabalhos de prospeção e pesquisa. Só existindo reservas que o justifiquem avançam então para projetos de exploração. E estes só poderão avançar se aprovados após avaliação de impacto ambiental. Os municípios abrangidos já manifestaram reservas quanto à proximidade de zonas urbanas e aos riscos destes projetos, que põem em causa áreas de produção agrícola e atividades turísticas que refletem maiores dividendos económicos para a região do que os projetados pela atividade mineira.

vandrade@expresso.impresa.pt

PARA QUE SERVE O LÍTIO?

■ Uma das utilizações mais comuns (e, agora, ainda mais popular) é a que tem que ver com os iões de lítio, que servem de suporte à construção de baterias para os veículos automóveis — mas também é utilizado em baterias de *tablets*, telemóveis e computadores.

■ O carbonato de lítio, como medicamento, é indicado para o tratamento de situações maníaco-depressivas e nos comportamentos bipolares, diminuindo a frequência dos episódios maníacos.

■ O concentrado de lítio é também utilizado na indústria cerâmica. Serve sobretudo para acelerar o processo de fusão dos materiais e, dessa forma, gerar poupanças de energia.



1 Mina do Barroso
Projeto de ampliação de exploração de lítio em Boticas, da Savannah, prevê mina a céu aberto e aumento da concessão atual de 542 ha para 593 ha e da área de exploração para 70,5 ha. Em Avaliação de Impacte Ambiental.

2 Mina do “Romano”
Estudo de Impacte Ambiental da concessão de exploração atribuída à Lusorecursos Portugal, em Montalegre (serra do Barroso), entrou em consulta pública esta semana.

Áreas para prospeção
Estão a concurso para atribuição de direitos de prospeção e de pesquisa de lítio e de outros minérios seis áreas. São elas: **3 Seixoso-Vieiros** (144 km², nos concelhos de Fafe, Celorico de Basto, Guimarães, Felgueiras, Amarante e Mondim de Basto); **4 Massueime** (438 km² em Almeida, Pinhel, Trancoso e Mêda); **5 Guarda-Mangualde C (Blocos N e S)** (162 km² em Belmonte, Covilhã, Fundão e Guarda); **6 Guarda-Mangualde E** (420 km² em Almeida, Belmonte, Guarda e Sabugal); **7 Guarda-Mangualde W** (173 km² em Mangualde, Gouveia, Seia, Penalva do Castelo e Fornos de Algodres); **8 Guarda-Mangualde NW** (155 km² em Viseu, Penalva do Castelo, Mangualde, Seia, Nelas e Oliveira do Hospital)